

SISSON, Daya. *Uma análise bioética sobre a educação inclusiva e suas implicações em escolas*. Mestrado em Bioética. Universidade de Brasília, Brasília, 2010.

A proposta da Educação Inclusiva surge fundamentada no direito de todos os alunos, não somente aqueles com deficiências, estarem juntos, aprendendo e participando, sem qualquer tipo de discriminação. No Brasil, atualmente, ela se estabeleceu como um paradigma da educação pública. Porém, a aplicação da inclusão tem sido permeada por diversos problemas, como: a preocupação em incluir somente categorias específicas de alunos; a falta de qualificação dos professores e de estruturação das escolas, e o seu não-direcionamento por valores morais. Assume-se que a Educação e a Saúde têm diversas co-relações e interdependências e são identificadas estratégias intersetoriais, em curso no Brasil, visando a promoção da saúde no ambiente escolar. A Bioética é um campo interdisciplinar do conhecimento que se encontra em desenvolvimento e, em especial nos países do Hemisfério Sul, urge a busca de respostas práticas e éticas para a superação de disparidades e desigualdades sociais. Embasando-se, principalmente, nas teorias da Ética Cívica, da Ética da Libertação e da Bioética de Intervenção este trabalho objetiva analisar as correlações entre os princípios da Educação Inclusiva e da Bioética, e observar a aplicação de tais princípios correlatos em escolas do Distrito Federal. O presente estudo, de natureza quanti-qualitativa, caracteriza-se por utilizar a triangulação de dados, de teorias e de métodos. Inicialmente, efetuou-se uma pesquisa documental, utilizando a Análise de Conteúdo, com abordagem quantitativa, para identificação de convergências e divergências entre documentos da Educação Inclusiva de âmbitos: mundial, da América Latina, nacional e do Distrito Federal. Foram definidas categorias de análise derivadas da Bioética de Intervenção, como representante de uma proposta latina, preocupada com a solução de dilemas bioéticos persistentes, e categorias provenientes da Declaração Universal de Bioética e Direitos Humanos, que foram aceitas por aclamação por todos os países-membro da Organização das Nações Unidas. Na segunda etapa, foram realizadas entrevistas semi-estruturadas com sujeitos-chave e pesquisados os Projetos Políticos Pedagógicos das escolas buscando a tradução das legislações na realidade da Educação Inclusiva. Destacam-se entre os resultados: uma vasta interface entre a Educação Inclusiva e a Bioética; uma diminuição na frequência e na variedade de categorias bioéticas nos documentos nacionais em comparação aos documentos internacionais e uma realidade escolar permeada por diversos conflitos éticos. A aplicação de categorias bioéticas no cotidiano da escola está, predominantemente, relacionada a iniciativas individuais, e não por ações do Estado. Defende-se a incorporação de valores morais nos documentos oficiais que regulam a educação e a aproximação entre educação e bioética e entre educação e saúde, de forma a contribuir para a construção de uma política educacional pública de melhor qualidade e que favoreça a promoção da equidade.. [Resumo obtido no banco de teses da Capes]